



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A PANSOFIA DE COMENIUS E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcos Adriano Barbosa e Novaes

Mádja Diógenes Maia

Nádja Diógenes Maia

Maria das Dores Mendes Segundo

Universidade Estadual do Ceará-UECE marcos.educare@hotmail.com; nadjamaia_nj@hotmail.com;

madjamaia@gmail.com; mariadores.segundo@uece.br

RESUMO

A sociedade capitalista contemporânea, em crise estrutural é marcadamente destrutiva, exploradora e excludente, provocando severos danos à classe trabalhadora, tanto nos aspectos sociais, físicos e intelectuais. Em contraponto a isso, um tema que vem se tornando emergente nos estudos acadêmicos dos últimos 30 anos é a inclusão, principalmente a educacional. Dentre os vários pensadores, debatemos neste ensaio, as ideias de Comenius (1621-1657), considerado o “pai da didática moderna”, na sua importante obra Didática Magna, escrita em 1649, que aborda a problemática da educação para todos, de modo surpreende e atual. Neste propósito, objetivamos analisar o significado a influência da pansofia de Comenius para a trajetória da educação inclusiva na contemporaneidade. Neste propósito, faremos uma leitura imanente da referida obra de Comenius, ilustrando, no primeiro momento a obra e vida do autor e, buscando compreender sobre a arte de ensinar tudo a todos apresentando o método de ensino criado por Comenius composto de três etapas denominadas por ele de análise, síntese e síncriese. No segundo momento, realizamos um resgate sobre as políticas públicas e principais marcos históricos da inclusão educacional, que ao nosso ver, receberam influência de Comenius. A fim de responder a tais inquietações, utilizamo-nos também de estudos bibliográficos e documentais, referendados em Nowill (2009), Salvi (2002) e a Declaração de Salamanca (1994), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), dentre outros. Em linhas gerais, podemos averiguar como os pensamentos pioneiros de Comenius em relação a educação inclusiva foram sendo introduzidos no decorrer da história das políticas educacionais, ganhando foco expressivo na agenda educacional promovida pelos organismos internacionais destinada aos países pobres.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Para Todos, Comenius.



INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista contemporânea, em crise estrutural é marcadamente destrutiva, exploradora e excludente, provocando severos danos à classe trabalhadora, tanto nos aspectos sociais, físicos e intelectuais. Em contraponto a essa realidade, estudos acadêmicos dos últimos 30 anos, resultantes de demanda social, tem debatido o tema da inclusão, principalmente a educacional. Dentre os vários intelectuais que pensaram sobre a inclusão educacional, abordaremos as ideias de Comenius por considerar pioneira e original, ao defender uma educação para todos, em mundo medieval, em que o conhecimento era exclusivamente para nobres e clero.

Antes de apreender as categorias principais idealizadas por Comenius na sua compreensão de mundo, sociedade e individuo, resgatamos em linhas gerais, no contexto histórico a Vida e Obra de Jan Amos Comenius.

Natural da Morávia, atual República Checa e Eslováquia, Comenius nasceu em 1592, período em que o protestantismo estava em fase de desenvolvimento e conflito com o catolicismo. Esses acontecimentos foram significativos para a formação de Comenius que frequentou a escola Unitas Fratrum Bohemorum, em 1604-1605; a escola latina da Unitas Fratrum em Prerov, de 1608 a 1611; com estudos teológicos na Faculdade calvinista de Herborn, em Nassau, em 1611. Em 1613, matricula-se na Faculdade de teologia de Heidelberg a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos de astronomia e matemática, posteriormente, em 1614, influenciado pelas ideias pedagógicas que teve acesso em Prerov.

Dentre as muitas obras produzidas por Jan Amos Comenius, grande parte foram destruídas, em decorrência das constantes perseguições sofridas pela família de Comenius, conhecidos como irmãos Morávios da qual ele fazia parte, inclusive a obra Didática Magna¹.

Baseado nas ideias da Didática Magna, objetivamos com o presente trabalho analisar a influência da pansofia de Comenius para a trajetória da educação inclusiva na contemporaneidade, bem como compreender o que seria a pansofia de Comenius.

Para isso, dividimos o trabalho em duas questões fundamentais: o que seria essa concepção educacional de ensinar tudo a todos? Quais as influências de Comenius sobre as formulações das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão?

¹ Esta obra, iniciada em 1628 e finalizada em 1632, traz os pensamentos fundamentais de Comenius e sua Pansofia, que seria a arte de ensinar tudo a todos, num propósito educacional de que o saber fosse universal. Vale ressaltar que este tratado foi escrito sobre a luz das influencias dos autores protestantes, principalmente Martinho Lutero, Filipe Melanchthon e João Calvino.



Com o propósito de responder a tais inquietações, utilizamo-nos de estudos bibliográficos, na luz de NOWILL (2009), BRASIL (2001, 2005, 2008, 2012), COMENIUS (1997), FORTALEZA (2010), SALVI (2002), DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994), DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948).

De maneira que nos fosse possível averiguar como os pensamentos pioneiros de Comenius em relação a educação inclusiva foram sendo introduzidos no decorrer da história das políticas educacionais, a inclusão começou a ganhar foco na agenda educacional e pode realmente começar, minimamente, a modificar uma realidade excludente.

COMENIUS E A ARTE DE ENSINAR TUDO A TODOS

Para começarmos a falar da perspectiva pedagógica de Comenius se faz necessário apresentarmos a sistematização da sua principal obra a Didática Magna² considerada importante obra que versa sobre seus princípios pedagógicos, formação humana. A obra recebeu como título inicial Didática Theca, começou a ser escrita em 1628 e concluída em 1632 tendo como foco o povo checo. A obra comeniano é caracterizada pela sua analogia da natureza com seu ideário educacional.

Publicada inicialmente na Opera Didáctica Omnia em Amsterdam em 1957, vale ressaltar que a obra foi publicada somente após a morte de Comenius,

A Didática tcheca nunca foi publicada durante a vida de Comenius: conservado em Leszno, o manuscrito original foi encontrado em 1841 por J. Purkyně, e, com ajuda de Fr. Palacký, levado da Polônia para a Biblioteca do Museu Nacional de Praga, onde ainda se encontra. Foi publicado pela primeira vez em Praga no ano de 1849, por W. W. Tomek (COMENIUS, 1997, p. 4).

Comenius já pensava em algumas questões que hoje se fazem presentes nos debates no campo educacional, como a educação inclusiva, a educação para a mulher “[...] as mulheres assim como os homens, são imagens de Deus, participam da graça divina e do reino do século futuro; também são dotadas de inteligência aguçada e aptas ao saber [...]” (COMENIUS, 1997, p.91) este grande pensador já defendia uma formação continuada, tema que se faz presente nas políticas

² Estruturalmente a Didática Magna é composta por trinta e três capítulos que tratam dos fundamentos teológicos e filosóficos da educação, apresentando a religião como único vetor para se conquistar vida boa e feliz. Comenius discute a formação do homem para ele o homem para ser homem necessita ser formado e que a educação se dará pela educação e que essa formação deve iniciar na primeira idade,



educacionais, em âmbito mundial, reeditada como se fosse uma ideia original, mas conforme foi dito, Comenius, atribuía a educação um processo contínuo.

A concepção educacional de Comenius marca desde modo o nascimento da pedagogia moderna, em defesa que todos são passíveis de aprender, almejando, nesta direção, que a educação alcançasse a todos, dos lugares mais distantes do interior, pois, assim afirmava que nunca se sabe onde estará o melhor engenho das pessoas, onde estará o melhor cérebro, que poderia nascer no meio muito rico ou no meio pobre, ou seja, todos os jovens, independentes da sua condição social, devem ser enviados a escola.

Comenius fazia crítica à escola da sua época, denunciando os métodos didáticos utilizados por ela, a aprendizagem “[...] eram à base de chicotadas, pancadas, com métodos violentos, obscuros, confusos, duros, tornando as escolas ineficientes, transformando-as em locais de tortura [...]” (FORTALEZA, 2010, p.75). Neste sentido é que Comenius propõe a criação do seu próprio método³ que objetiva ensinar tudo a todos. Todavia, dado os limites históricos, o ensino de todos limitava-se aos jovens cristãos.

Além do método, Comenius elaborou alguns princípios para se alcançar um ensino rápido e conciso. Defendia um que para cada escola, ou ao menos para cada classe, deverá ser designado apenas um preceptor. Buscava um ensino que propiciasse ao educando uma educação de qualidade. Para ele o importante era para cada matéria estudada seria trabalhado apenas um ator com a finalidade de que o educando apreendesse melhor o conteúdo, para ele o uso de vários autores poderia culminar na distração do educando diante tanta informação, para ele “[...] o tempo que seria gasto no estudo de muitos autores seria melhor aproveitado se dedicado ao estudo de um único autor [...]” (FORTALEZA, 2010, p.89).

Comenius defendia que o uso mesmo método para o ensino de todas as disciplinas e línguas, pois, o uso de vários métodos dificultaria o aprendizado do educando.

Os métodos eram múltiplos e variados: cada escola, aliás, cada preceptor, tinha um; acontecia até mesmo de um preceptor usar um método para determinada arte ou língua, outro para outra e – o que é pior – mudar de método até para ensinar a mesma matéria, e por isso raramente os alunos entendiam do que se estava tratando. Daí derivavam dúvidas e

³ O método de ensino e aprendizagem comeniano é composto de três etapas denominadas por ele de análise, síntese e síncrize. Segundo Fortaleza (2015), a síntese se refere à recomposição das partes no seu todo, a importância está por ser integradora e globalizante. Ainda conforme Fortaleza (2015), a segunda etapa a análise já parte da decomposição das partes que até então era ocultas, mas que são apresentadas a percepção dos olhos e a compreensão da mente [...] Uma vez, distinguindo as coisas, surge a luz; ao contrário geram confusão. A análise faz perceber as coisas de forma clara e distintamente [...] (FORTALEZA, 2010, p.78). Por último a síncrize serve para comparar uma coisa com outra realizada mentalmente, é através do método sincrético que o educando poderá [...] discernir o que é o melhor de todo o resto. Ou seja, consiste na comparação de coisas semelhantes [...] (FORTALEZA, 2010, p.78).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

atrasos, e às vezes certas disciplinas causavam tanta náusea e enjôo antes mesmo que os alunos fossem postos diante delas que muito sequer sentiam vontade de experimentá-las (COMENIUS, 1997, p.205).

Comenius pensou numa educação que fosse caracterizada por um ensino rápido, que não fosse cansativo. O ensino deveria ser sólido, instruído articulando teoria e prática. Defendia uma formação completa do ser humano, que abrangesse o saber filosófico, metafísico, pedagógico, religioso e social todos esses conhecimentos, Comenius chamou de Pansofia que seria um saber universal.

Nesta direção, Comenius pensou em uma reforma do sistema de ensino, estruturou a divisão da organização escolar de acordo com a idade do educando, ele acreditava que para o ensino da arte, ciência e língua era necessário aproximadamente vinte e quatro anos divididos em períodos sempre tendo a natureza como parâmetro.

Comenius divide o período do crescimento em quatro momentos são eles: infância, meninice, adolescência e juventude cada um deles compreende a seis anos tendo uma escola específica. Para infância (I) e meninice a escola deve ser o regaço materno, o exercício literário (escola vernácula pública). Para a adolescência (III) e a juventude (IV) estariam destinados a escola latina, ou ginásio, a academia e as viagens. “[...] A escola materna deve estar em todas as casas; a vernácula, em todas as comunidades, burgos ou aldeias; o ginásio, em todas as cidades; a Academia, em todos os reinos e nas províncias maiores [...]” (COMENIUS, 1997, p.320). Comenius atenta para as diferenças entre essas escolas.

Segundo Comenius (1997), a primeira diferença consiste em ensinar às crianças menores as coisas de modo mais geral e elementar, e mais adiante nas outras escolas posteriores, o ensino deve ser dado de forma mais particularizada e distinta.

O filósofo destaca outras diferenças, na escola materna, o educando deve ser formado a exercitar os sentidos externos para que se use de maneira correta no conhecimento dos objetos. Na escola vernácula seriam trabalhados os sentidos internos “[...] que são a imaginação e a memória, seus órgãos respectivos, que são a mão e a língua: lendo, escrevendo, pintando, cantando, contado, medindo, pensando, aprendendo de cor etc [...]” (COMENIUS, 1997, p.321). Já no tocante ao ginásio e as academias, Comenius afirma,

[...] No ginásio formam-se a inteligência e o juízo sobre as coisas captadas através dos sentidos, com o uso da dialética, da gramática, da retórica e de todas as outras ciências e artes ensinadas segundo o ‘como’ e o ‘porquê’. As academias, enfim formarão as coisas que pertencem à vontade, ensinando a manter as faculdades em harmonia (e a restabelecer a harmonia daquilo que dela se afastar), possibilitando o estudo da teologia no que se refere à



alma, da filosofia no que se refere à mente, da medicina no que se refere às funções vitais do corpo, da jurisprudência no que se refere aos bens externos (COMENIUS, 1997, p.321).

A terceira e última diferença, Comenius propõe o público alvo para cada escola, a materna e vernácula seria destinada aos jovens de ambos os sexos. Para este pensador, a escola latina⁴ estaria à disposição daqueles que desejam trabalhos mais elevados que os manuais, já as academias seriam responsáveis pela formação dos professores e dirigentes “[...] para que na Igreja, na Escola e no estado nunca faltem pessoas aptas a assumir funções de direção [...]” (COMENIUS, 1997, p.322).

Por fim, Comenius compara todos estes tipos de escolas com a natureza, mais uma vez se referindo às quatro estações do ano. A escola materna lembra a primavera com seus botões e flores cheirosos, a vernácula refere-se ao verão tendo como característica as espigas maduras e frutos precoces. O ginásio assemelha-se ao outono que agrega os ricos frutos do campo, pomares e vinhas e a academia ao inverno que colhe os frutos para usá-los por todo o sempre.

A INFLUÊNCIA DE COMENIUS PARA A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No atual discurso de inclusão educacional e social das pessoas com deficiência, nos questionamos sobre a efetivação desse direito social, visto que mesmo tendo passado por diversas mudanças de nomenclaturas, a educação inclusiva ainda é algo que remete a preconceitos.

Não é a toa que esse tema é tão delicado de abordar, todo novo conceito traz em si vestígios de uma história, muitas vezes pejorativa, e o termo Aluno com Necessidade Educacional Especial não assume uma posição muito diferente a isso. Como nos afirma a citação:

A história aponta e registra as diversas etapas de abandono, extermínio e estigmatização sofridas pelas pessoas com deficiência [...] Que experimentaram um duro processo de desvalorização e de exclusão social. [...] Por não haver conhecimento e maior divulgação de esclarecimentos sobre a problemática da deficiência, os que por ela são acometidos se veem desprezados pela comunidade a qual estão inseridos. Assim, diferentes povos em diferentes épocas dedicaram formas e atitudes sociais diversas às pessoas com deficiência. (NOWILL, 2009, p. 30).

⁴ A escola latina era voltada para os adolescentes de doze e dezoito anos, onde seriam ensinados conteúdos que eram considerados como Artes, aprendendo quatro idiomas: o vernáculo, latim, grego e hebraico. Assim esses adolescentes estariam aptos para ocuparem funções de gramáticos, dialéticos, retóricos ou oradores, aritméticos e geômetras, músicos e astrônomos. A escola latina buscava também alcançassem o mais alto grau de formação, capacitando-os para se tornarem físicos, geógrafos, cronologistas, historiadores, éticos e teólogos.



Durante um longo período na história da humanidade, as ações e expressões que rotulavam e estereotipavam as pessoas com deficiência traziam consigo uma ideologia muito marcante do período e local de determinada sociedade. Em períodos como a antiguidade pagã encontramos relatos de isolamento e até mesmo extermínio. Até o século XV, os recém-nascidos que apresentavam alguma deformação tinham que ser jogados nos esgotos da Roma Antiga. Com o apogeu do cristianismo, principalmente durante a Idade Média, transformou-se a maneira como a sociedade via os deficientes que passaram a ser tratados de forma assistencialista como meio de barganhar a salvação celestial. A partir do século XVI, embora reclusas e escondidas em lugares distantes, essas pessoas passaram a ser recebidas em asilos, conventos e albergues.

A questão da inclusão educacional se coloca como uma temática nova, embora sempre tenham existido pessoas deficientes. É no emergir do século XX que os indivíduos com deficiências vão vivenciar novas atitudes, passando a ser considerados como cidadãos, sendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, um passo importante no longo processo de reconhecimento da pessoa com deficiência.

Artigo I: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.
Artigo II: Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Percebemos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos entra em concordância com os pensamentos de Comenius, quando este afirmava que o nosso cérebro tem o potencial para aprender tudo e não se exclui ninguém já que todos podem aprender, seja mulher, homem, esteja em qualquer condição social são sempre possível aprender e em conjunto, pois seus princípios são pautados no respeito e a arte do respeito também se faz na escola.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe em si o incentivo às diversas outras políticas e legislações que surgiram posteriormente na tentativa de estabelecer uma vivência mais digna para as chamadas “Minorias Sociais”, dentre essas condições de qualidade de vida, a educação passa a ser um dos focos, segundo vemos na década de 1990 tanto com a Declaração de Jontien (1990), de Educação Para Todos (EPT), quanto com a Declaração de Salamanca (1994), sobre Educação Especial.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas 'Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências', o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Dessa maneira, notamos claramente a influência dos preceitos da Didática Magna estão presentes tanto para a Declaração de Jontien, quando propõe uma igualdade que parte da diferença e a sustenta enquanto diversidade; quanto na Declaração de Salamanca, sobre educação especial, quando compreendemos que as oportunidades educacionais para as pessoas com deficiência, expressadas em ambas declarações, estão de acordo com o pensamento de Comenius de pansofia, ou seja, a arte de ensinar tudo a todos, pois ele acreditava que todos tinham a capacidade de aprender e que tudo deveria ser ensinado a todas as pessoas estivesse ela qual fosse sua condição física, social ou financeira.

O Brasil nas últimas décadas passou por significativas mudanças em termos de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência tendo como base as referidas declarações já citadas, embora a nossa Constituição Federal (1988) que já trazia em si os vestígios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um avanço que podemos considerar, apesar da barbárie que vivenciamos, cotidianamente, impregnadas de preconceitos e intolerância com as diversidades, e é que documentos elaborados em fóruns mundiais relativos a educação e saúde das pessoas com algum tipo de deficiência, tem evoluído na direção de apresentar novos conceitos e definições, organização social e de trabalho, e a necessidade do respeito aos seus direitos fundamentais que ganham visibilidade, embora esta ainda seja pequena.

Com a Declaração de Salamanca que trata sobre a educação especial, questiona a integração social dessas pessoas, defende que a inclusão social começa a ser abordada nacionalmente, em cada país. Mesmo considerando que a referida declaração ainda se se pautar no modelo de inclusão sob o cunho medicinal, sendo, aos poucos adotado a perspectiva do modelo social nas políticas públicas, se consistiu em avanços importantes, por influenciar significativamente marcos legais de países como o Brasil, a exemplo da nossa própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Adaptações Curriculares (1999).

Posterior à Declaração de Salamanca, a nossa Legislação educacional passa a ampliar os direitos dos deficientes com a criação da Política Nacional de Educação Especial, visto que é por meio da educação que se inicia a inclusão social, “inclusão essa que pode ser compreendida como o processo de criar um todo, de juntar todas as crianças e fazer com que todas aprendam juntas”



(STAINBACK apud. SALVI, 2002, p. 3). Esse ideário de que todas as crianças têm a capacidade de aprender tudo e em conjunto, nos remete novamente a Comenius e seus princípios de pansofia.

Os movimentos em defesa da inclusão das pessoas com deficiência passaram a ter relevância nacional ao longo do século XX, na década de 1990, o que significou avanços sociais para todos, e só assumiu tamanha repercussão quando os vários grupos de pessoas com deficiência se posicionaram frente às reivindicações políticas, bem recentemente, nos anos 2006 e 2008 essa luta se mostrou ainda estar viva, conforme Brasil (2012, p. 12 - 13),

Com o lema: ‘nada sobre nós sem nós’, a defesa dos interesses políticos dos grupos que representam as pessoas com deficiência conseguiu, ao longo dos últimos anos, ampliar o seu espaço também no cenário político nacional. A participação efetiva de pessoas com deficiência na definição de políticas públicas denota um aumento na maturidade brasileira em torno dessa temática. É singular constatar que ações, planos e programas que vem sendo desenhados pelo governo federal tem se orientado pelo resultado dessa participação, com destaque para as deliberações das I e II Conferências Nacionais sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizadas respectivamente em 2006 e em 2008.

Os direitos das pessoas com deficiência passam a ter amparo legal de cunho mundial, com a Convenção de Guatemala Interamericana (2011), que os considera cidadãos igualmente livres. Outros países basearam-se nessas disposições que passaram a caracterizar suas legislações com o pensamento fraterno e humanista disseminado.

A discussão sobre a inclusão escolar e social ampliam horizonte de atuação e vários dispositivos são lançados para fortalecer o paradigma em construção. Dentre eles, a (Convenção de Guatemala Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – 2011) reafirma que: ‘as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano’. (NOWILL, 2009, p. 32).

Todo esse percurso histórico revelam traços do pensamento que Comenius a respeito de inclusão de educação para todos, que, considerando os limites da sociabilidade em que viveu, em consonância a prática cotidiana e principalmente com sua religião, apresenta avanços até hoje reeditados, na elaboração de soluções para além de seu tempo, o que o fez ser um pioneiro sobre as questões de inclusão, segundo Fortaleza (2015, p. 50)

Todos esses motivos fortaleceram para que Comenius se tornasse um grande inovador e antecipador de problemas e soluções que são próprios da Modernidade, mas isso não pode levar a separá-lo da cultura de seu tempo. A sua grandeza se manifesta no fato de ser um pensador comprometido com novos ideais numa época trágica. (FORTALEZA, 2015, p.50).



Dentre os avanços que a obra Didática Magna traz, destacamos a construção do conhecimento em Comenius, inerente a educação formal na escola, em deveria atender as seguintes necessidades: ter prontos os livros e todos os outros instrumentos didáticos; que o intelecto seja formado antes da língua; que não se aprenda nenhuma língua a partir da gramática, mas apenas a partir de autores apropriados; as disciplinas reais devem preceder as lógicas; os exemplos devem preceder as regras.

Asseveramos que as ideias de Comenius trouxeram significativas mudanças para a educação. Antes a implementação das ideias dele, as coisas interligadas por natureza sempre foram consideradas sem nexos; ensinava-se apenas a ler, adiando-se em meses o ensino da escrita; as artes e as ciências eram ensinadas de modo enciclopédico; os métodos eram múltiplos e variados: cada escola, alias cada preceptor, tinha seu próprio método; faltava um método para ensinar ao mesmo tempo todos os alunos de uma mesma classe, enquanto se fazia grande esforço para ensinar a cada um em particular. No entanto, posterior à Didática Magna notamos alguns avanços importantes, como vemos a seguir:

Para cada escola, ou mesmo para cada classe, deverá ser designado apenas um preceptor; Para cada matéria, um só autor; Um único e idêntico trabalho deverá constituir empenho comum de toda classe; Todas as disciplinas e línguas devem ser ensinadas como um único método; Tudo deve ser ensinado a partir de princípios primeiros de modo breve e essencial, para que o intelecto se abra, como uma chave e todas as coisas se exponham diante dele; Tudo deve ser ensinado segundo graus ininterruptos, de tal modo que o que for apreendido hoje, reitere o de ontem e abra caminho para o amanhã (COMENIUS, 1997, p.208).

Além da inclusão escolar, Comenius pode ser ovacionado por tratar de questões que para nossa época já são polissêmicas e polêmicas, quanto mais para a época em que ele se situava. Dentre essas questões podemos destacar as de Gênero, visto que Comenius cita as grandes mulheres do Egito que governavam com maestria; ele falava em educação integral a qual deveríamos dedicar 33 anos das nossas vidas exclusivamente à formação educacional pautado na humanidade, pois “somos autores do mundo”, assim como também de incentivar uma relação ensino-aprendizagem como prazerosa e criativa.

Dessa forma Comenius torna-se um autor tanto atual quanto válido e fundamental para a agenda educacional contemporânea que busca equacionar a educação inclusiva em contraste com o bojo da exclusão de um sistema capitalista que grita pela convivência e aceitação do entendimento do outro em qualquer situação em que esteja, pois, ainda conforme Comenius, a educação deve estar no subúrbio, na cidade, nos lugares mais distantes, porque nunca se sabe onde estará o melhor “engenho” e esse só poderá ser aproveitado se colocada a educação à serviço de todos, pois o



homem para ser do gênero humano precisa ser formado, pois não nascemos prontos, vamos sendo construídos subjetivamente e objetivamente, no e pelo trabalho, até nos tornamos um ser social. Neste processo de formação do homem, a educação tem papel primordial para geração futuras, na transmissão dos conhecimentos, habilidades e potencialidades adquiridas pelo homem, enquanto gênero humano, no processo de trabalho e domínio da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Comenius foi de extrema importância por já pensar em temas polêmicos abordados na atualidade que vai desde o direito ao acesso a escola para mulheres, jovens, deficientes, até o atual discurso de Educação Para Todos. Comenius defendia que o ensino eficaz se daria mediante a atenção e cuidado na organização das tarefas e o princípio da aprendizagem partiria do mais simples ao mais complexo, do concreto ao abstrato.

Sua proposta de ensinar tudo a todos era baseada no ideal da pansofia ou saber universal onde se esperava que fossem dadas as mesmas condições de aprendizado a todos sobre todos os assuntos. A escola deveria, assim, respeitar o ritmo individual a tal ponto que estava previsto na Didática Magna, em que Comenius indicava 33 anos exclusivos aos estudos e com carga horária bem dividida de forma que não estressasse o aluno e que o processo de ensino aprendizado se desse de maneira prazerosa e fluida.

Em meados do século XX, quando a conjuntura passa a exigir um posicionamento mais ativo contra o gritante quadro de exclusão social e econômica das populações pobres no contexto da crise do capital, as ideias de Comenius ganham destaque e voltam a ser discutidas com mais afinco na tentativa de amenizar ou reverter tamanha desigualdade e injustiça social. As diversas declarações e conferências ou encontros mundiais de educação que ocorreram no final do século XX e início do século XXI, bem como as modificações legais em decorrências dos mesmos, revelam que não só a obra de Comenius foi visionária, por abarcar temáticas que se mostram deveras atuais, como também nos proporcionou lançar novos olhares para a perspectiva de lutas e persistência na busca por melhoria da qualidade de vida das minorias sociais.

REFERÊNCIAS



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência – uma análise a partir das conferências nacionais.** Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria de Direitos Humanos da Previdência da República, 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo. Saraiva, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução n. 2 de 2 de setembro de 2001.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.

COMENIUS. **Didática Magna:** tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. UNESCO, Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.

FORTALEZA, Weliton Carrijo. **Educação e Religião em Comenius na sua Didática magna.** 2010. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010. Disponível em < http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2544 > Acesso em: 15 abr. 2015.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **Sobre a deficiência visual no Brasil.** Retirado de: <http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/?gclid=CIHz-b2kn74CFWIF7AodrBgA9w> acessado em: 09 de maio de 2014.

SALVI, Inez. **A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional.** Revista Leonardo pós órgão de Divulgação Científica e Cultural do ICPG., v.1, n.1, jan./jun, 2002.

SUCHODOLSKI, B. **A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas.** Lisboa: Livros Horizonte, 1984.